



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE  
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

**Ata da 29ª reunião, realizada em 27 de março de 2019**

1 Em 27 de março de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à  
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado  
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Antônio Augusto Melo Malard, representante da SEMAD.  
6 Representantes do poder público: Carlos Antunes Malta, da Secretaria de  
7 Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
8 (Sedectes); Ana Silvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de Estado de  
9 Educação (SEE); Newton de Carvalho Junior, da Secretaria de Estado de  
10 Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação de Amparo à Pesquisa de  
11 Minas Gerais (Fapemig); Irene Maria Vaz Magni Frayha, do Instituto Brasileiro  
12 de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Juliana  
13 Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação da  
14 Biodiversidade (ICMBio). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues  
15 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);  
16 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do  
17 Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da  
18 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Lígia Vial  
19 Vasconcelos, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo  
20 Mineiro (Angá); André Mundstock Xavier de Carvalho, da Universidade Federal  
21 de Viçosa (UFV) - Campus de Rio Paranaíba; Gabriel Moreira Junqueira, do  
22 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1)**  
23 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
24 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou  
25 aberta a 29ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas  
26 Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
27 **GERAIS.** Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu queria fazer alguns  
28 comentários a respeito do Decreto 47.383, que regula diversas matérias do  
29 nosso sistema de licenciamento ambiental, inclusive penalidades. O sistema de  
30 penalidades do meio ambiente em Minas Gerais vem lá de 1970 e tantos, com  
31 aquelas primeiras normas que foram produzidas, e no ano de 2018, com o  
32 Decreto 47.383, veio um roteiro, uma relação de penalidades – nada contra as  
33 penalidades, contra o tamanho das penalidades – muito severas para o setor  
34 agrícola, o setor industrial, o setor da mineração, de infraestrutura e tudo mais.  
35 Foi até objeto de um debate na Assembleia Legislativa. Gentilmente, a SEMAD  
36 convidou os setores produtivos a fazerem ponderações a respeito do decreto de

37 multas. E nós fomos muito bem recebidos na Superintendência de Fiscalização,  
38 fizemos as nossas ponderações, fizemos as nossas contribuições por escrito,  
39 tivemos novas reuniões. Mas aí, no decorrer dos últimos acontecimentos, eu  
40 fiquei com o sentimento de que nada vai mudar. Então o motivo dessa minha  
41 fala, aproveitando que nós temos aqui o diretor-geral do IEF, é que leve essa  
42 ponderação até a SEMAD, que nós vamos perder uma oportunidade de ouro de  
43 corrigir algumas questões que são de muita relevância no setor agropecuário e  
44 nos outros setores. Então o meu sentimento é que no decorrer das últimas  
45 reuniões, a dinâmica das reuniões, a forma como os funcionários da SEMAD  
46 nos atenderam, eu fiquei com esse sentimento. Alguma coisa, pouca coisa foi  
47 modificada, mas é uma chance fantástica de corrigir algum problema que se  
48 agravou com o Decreto 47.383.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “As  
49 discussões estão acontecendo ainda. Então não tem nada fechado, o grupo  
50 continua se reunindo. Mas eu levo essa questão também para o secretário.  
51 Realmente, ainda tem muito a acontecer, mas claro que em uma brevidade,  
52 porque realmente esse assunto precisa ser finalizado o mais rápido possível.  
53 Realmente, não tem nada definido ainda, mas eu me comprometo a levar para  
54 conhecimento do secretário.” **4) EXAME DA ATA DA 28ª REUNIÃO.** Aprovada  
55 por unanimidade a ata da 28ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade  
56 e de Áreas Protegidas, realizada em 20 de fevereiro de 2019, com abstenções  
57 do Ibama, SEE e Crea. **5) PLANO OPERATIVO ANUAL (POA) 2019 PARA**  
58 **EXAME E DELIBERAÇÃO. Apresentação: GCA/IEF. Retorno de vistas:**  
59 **Fieng, Sindiextra, ICMBio, Faeng e Angá.** Plano Operativo Anual 2019  
60 aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF, com as  
61 alterações descritas nesta ata. Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea, Setur,  
62 Faeng, Fieng, Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Fapemig. Abstenção: Sindiextra.  
63 Propostas de alterações deliberadas nesta sessão: – Aprovada por maioria a  
64 exclusão do termo “ampliação” de Unidades de Conservação, ficando a  
65 destinação de recursos para “Estudos para criação de Unidades de  
66 Conservação”. Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea, Setur, Faeng, Fieng,  
67 Ibama. Votos contrários: ICMBio, Angá e UFV. Abstenções: Sindiextra e  
68 Fapemig. – Aprovada por unanimidade a seguinte proposta de percentuais de  
69 distribuição dos recursos: 60% para regularização fundiária; 30% para plano de  
70 manejo, bens e serviços; 5% para estudos para criação de unidades de  
71 conservação; e 5% para desenvolvimento de pesquisas em unidade de  
72 conservação e área de amortecimento. Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea,  
73 Setur, Faeng, Fieng, Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Fapemig. Abstenção:  
74 Sindiextra. – Aprovado por unanimidade o limite de 20% para destinação às  
75 unidades de conservação afetadas. Votos favoráveis: Sedectes, Setur,  
76 Fapemig, Faeng, UFV, Fieng e Ibama. Votos contrários: ICMBio e Angá.  
77 Abstenções: SEE e Sindiextra. – Aprovada por unanimidade a seguinte redação  
78 para o critério nº 10 para a destinação de recursos às unidades de conservação  
79 afetadas: “10 - O órgão responsável pela administração de UC’s municipais

80 afetadas/beneficiadas deverá, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados  
81 do recebimento do recurso de compensação ambiental, comparecer à  
82 CPB/COPAM a fim de prestar contas da aplicação do recurso recebido ou  
83 justificar a não utilização do mesmo.” Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea,  
84 Setur, Faemg, Fiemg, Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Fapemig. Abstenção:  
85 Sindiextra. – Aprovada por unanimidade a seguinte redação para o critério nº 11  
86 para a destinação de recursos às unidades de conservação afetadas: “11 - Na  
87 hipótese prevista no item 10, na falta de apresentação da prestação de contas  
88 por 2 (dois) anos consecutivos, ficará o município obrigado a devolver para o  
89 Estado o recurso recebido, ficando o mesmo impedido de receber recursos da  
90 compensação ambiental por um período de 12 meses.” Votos favoráveis:  
91 Sedectes, SEE, Crea, Setur, Faemg, Fiemg, Ibama, ICMBio, Angá, UFV e  
92 Fapemig. Abstenção: Sindiextra. – Aprovada por unanimidade alteração na  
93 Matriz 1, com a inclusão da categoria “NT – quase ameaçada”, no item ‘Matrizes  
94 Para Avaliação De Relevância Das Unidades De Conservação Afetadas’. Votos  
95 favoráveis: Sedectes, SEE, Crea, Setur, Faemg, Fiemg, Ibama, ICMBio, Angá,  
96 UFV e Fapemig. Abstenção: Sindiextra. – Aprovada por unanimidade alteração  
97 do segundo parágrafo da página 24 da proposta do IEF, devendo constar o  
98 seguinte texto: “O status de conservação das espécies observará a  
99 classificação constante nas normas vigentes, bem como nas listas de espécies  
100 ameaçadas de extinção da fauna e flora nacionais e internacionais, por  
101 exemplo, Portaria MMA 443, 444 e 445/2014, DN COPAM 147/2010 e IUCN,  
102 que classificam as espécies em: “LC - menos preocupante”; “NT - quase  
103 ameaçada”; “VU - vulnerável”; “EN - em perigo”; “CR - criticamente em perigo”;  
104 “EW - extinta na natureza”; “EX - extinta”. Adicionalmente, este Plano de  
105 Operação Anual também levará em consideração a nova categoria e as  
106 variações apresentadas no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de  
107 Extinção 2018, sendo “RE - Regionalmente extinta”; “CR (PEX) - criticamente  
108 em perigo e possivelmente extinta”; CR (PEW) - criticamente em perigo e  
109 possivelmente extinta na natureza”. Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea,  
110 Setur, Faemg, Fiemg, Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Fapemig. Abstenção:  
111 Sindiextra. – Rejeitada por unanimidade a proposta do ICMBio de retirada do  
112 limite de R\$ 100.000 para unidades de conservação de uso sustentável. Votos  
113 favoráveis: Sedectes, SEE, Crea, Setur, Faemg, Fiemg, Ibama, Angá, UFV e  
114 Fapemig. Abstenções: Sindiextra e ICMBio. – Aprovada por unanimidade a  
115 retirada do limite de R\$ 5.000, sendo permitido o repasse de qualquer quantia  
116 em caso de afetação de UC’s federais. Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea,  
117 Setur, Faemg, Fiemg, Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Fapemig. Abstenção:  
118 Sindiextra. – Aprovada por unanimidade nova redação para o quarto parágrafo  
119 da página 24 da proposta original do IEF: “Quando a espécie se enquadrar no  
120 status “PE - provavelmente extinta”, independentemente da categoria de  
121 importância biológica da unidade, esta será enquadrada no índice 5 (fator  
122 biológico crítico). Votos favoráveis: Sedectes, SEE, Crea, Setur, Faemg, Fiemg,

123 Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Fapemig. Abstenção: Sindiextra. **6) PROCESSOS**  
124 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
125 **CONFORME POA 2018. 6.1) Astral. Indústria e Comércio de Pães e Massas**  
126 **Especiais Ltda. ME. Fabricação de produtos alimentares, não**  
127 **especificados ou não classificados. Montes Claros/MG. PA**  
128 **13247/2009/001/2015. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Retorno de vistas:**  
129 **Faemg.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
130 Parecer Único, com as alterações descritas nesta ata. Com a aprovação das  
131 alterações no Parecer Único, a Presidência registrou a necessidade de  
132 alteração de valores. Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Só para todo  
133 mundo ter conhecimento agora que o valor a ser pago será modificado. A gente  
134 não consegue fazer isso agora, mas, oportunamente, será colocado na  
135 decisão.” Votos favoráveis: Sedectes, Crea, Fapemig, Faemg, Ibama, Fiemg,  
136 Sindiextra. Votos contrários: Angá e UFV. Abstenções: ICMBio, SEE e Setur.  
137 Alterações deliberadas nesta sessão: – Aprovada por maioria a retirada dos  
138 impactos “emissão de gás de efeito estufa” e “rebaixamento ou soerguimento de  
139 aquífero”; – Aprovada por maioria a alteração da área de abrangência de ‘Área  
140 de Influência Indireta’ para ‘Área de Influência Direta’. Votos favoráveis:  
141 Sedectes, Crea, Fapemig, Faemg, Sindiextra, Fiemg, Ibama. Votos contrários:  
142 UFV e Angá. Abstenções: SEE, Setur e ICMBio. Justificativas de votos  
143 favoráveis às alterações no Parecer Único. Conselheiro Thiago Rodrigues  
144 Cavalcanti: “Voto favorável em função da proposta feita por mim mesmo, já  
145 justificada na proposta realizada: a retirada daqueles dois impactos e mudança  
146 da área de abrangência.” Conselheira Irene Maria Vaz Magni Frayha: “Eu  
147 concordo com as justificativas dadas pelo Thiago e creio que, sempre que  
148 possível, nós devemos, na nossa capacidade de deliberar, corrigir erros, corrigir  
149 equívocos. Então por uma questão de justiça, eu creio que os argumentos  
150 foram bastante convincentes.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu voto  
151 favorável de acordo com a justificativa dada pelo representante da Fiemg,  
152 acompanhando a justificativa dele.” Conselheiro Carlos Antunes Malta: “Eu vou  
153 acompanhar também a posição do Thiago, da Fiemg.” Conselheiro Gabriel  
154 Moreira Junqueira: “Eu acompanho o Thiago também. Em relação a isso,  
155 adequar o empreendimento. Portanto, a adequação, e não se muda a cobrança.  
156 A cobrança se mantém, então só modificação de texto mesmo. Então não fica  
157 errônea a conclusão do IEF.” Conselheira Isadora Martin Vianna: “Eu estou de  
158 acordo com os argumentos dados pelo conselheiro Thiago.” Conselheiro Carlos  
159 Alberto Santos Oliveira: “De acordo com a discussão e a proposta da Fiemg.”  
160 **6.2) Nexa Recursos Minerais S/A. Votorantim Metais Zinco S/A. Linhas de**  
161 **transmissão de energia elétrica, pilhas de rejeito/estéril, subestação de**  
162 **energia elétrica, unidade de tratamento de minerais (UTM). Vazante/MG. PA**  
163 **00104/1988/061/2016, DNPM’s 802185/1971 e 933475/2013. Classe 6.**  
164 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade

165 nos termos do Parecer Único. 6.3) Viena Fazendas Reunidas Ltda. Fazenda  
166 Marambaia. Criação de equinos, muares, ovinos, bovinos de corte e  
167 búfalos de corte (confinados), produção de carvão oriunda de floresta  
168 plantada. Pirapora/MG. PA 01103/2004/001/2012. Classe 3. Apresentação:  
169 GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
170 Parecer Único. 6.4) Gerdau Açominas S/A. Mina Miguel Burnier. Lavra a céu  
171 aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro. PA 01778/2004/020/2009,  
172 01778/2004/021/2010, 01778/2004/009/2007. Classe 6. Unidade de  
173 Tratamento de Minerais (UTM). PA 01778/2004/029/2012,  
174 01778/2004/014/2007. Classe 5; pilhas de rejeito/estéril. PA  
175 01778/2004/016/2008, 01778/2004/017/2009, 01778/2004/032/2012. Classe 6;  
176 barragem de contenção de rejeitos/resíduos. PA 01778/2004/024/2011,  
177 01778/2004/018/2009. Classe 6; ampliação da UTM e barragem de  
178 contenção de Rejeitos: PA 01778/2004/004/2005, 01778/2004/006/2006.  
179 Classes 5 e 6; pilhas de rejeito/estéril, barragem de contenção de rejeito:  
180 PA 01778/2004/007/2007, 01778/2004/015/2008, 01778/2004/025/2011.  
181 Classes 3 e 5. Ouro Preto/MG. DNPM's 004.575/1935 e 930.600/2009.  
182 Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
183 nos termos do Parecer Único. 6.5) ArcelorMittal Brasil S/A. Mineração Serra  
184 Azul S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.  
185 Itatiaiuçu/MG. PA 00366/1990/027/2012, DNPM 013.845/1967. Classe 6.  
186 Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
187 nos termos do Parecer Único. 7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA  
188 EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DE INSTALAÇÃO  
189 DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS. 7.1) MBL - Materiais Básicos Ltda.  
190 Fazenda Vista Alegre. Pilhas de rejeito/estéril. Itatiaiuçu/MG. PA  
191 00295/1994/013/2010, DNPM 832.333/1983. Classe 5. Apresentação:  
192 Escritório Regional Centro-Oeste/IEF. Compensação ambiental aprovada por  
193 unanimidade nos termos do Parecer Único. 7.2) Mineração Dornas Ltda. Lavra  
194 a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento,  
195 obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas  
196 de rejeito/estéril. Santa Rosa da Serra/MG. PA 01159/2002/004/2013, DNPM  
197 831.860/1999. Classe 3. Apresentação: Escritório Regional Centro-  
198 Oeste/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
199 Parecer Único. 8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE  
200 RECONSIDERAÇÃO AO RECURSO CONFORME DISPÕE OS PARÁGRAFOS  
201 4º E 5º, DO ARTIGO 7º, DO DECRETO Nº 45.175/2009. 8.1) Gecal Indústria e  
202 Comércio de Produtos Minerais Ltda. Forno vertical de calcinação,  
203 modernização e relocação de britagem e moagens, fabricação de cal  
204 virgem, hidratada ou extinta. Pains/MG. PA 02762/2009/002/2011 (antigo PA  
205 00038/1986/010/2005) e PA 02762/2009/003/2012. Classe 3. Apresentação:  
206 GCA/IEF. Recurso deferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos

207 favoráveis: Crea, Setur, Fapemig, UFV, Angá e ICMBio. Votos contrários:  
208 Fiemg, Sindiextra e Faemg. Abstenções: Sedectes, SEE e Ibama. 5  
209 Justificativas de votos contrários. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “A  
210 justificativa já foi colocada nas manifestações, e eu queria aproveitar então para  
211 fazer um pedido. Evitar esse tipo de situação, que permita ao empreendedor,  
212 quando houver um recurso de um terceiro, que ele deposite o recurso, e aí o  
213 recurso fica sendo corrigido em conta do Estado. Porque aí ele não tem que  
214 pagar pelo recurso feito por uma entidade externa a ele fazendo com que ele  
215 pague a mais, tendo interesse de pagar. Então que permita a ele pelo menos  
216 depositar o recurso para evitar esse tipo de situação. É uma sugestão.”  
217 Conselheira Denise Bernardes Couto: “O voto é contrário por não concordar  
218 também com a cobrança da correção contra o empreendedor, uma vez não foi  
219 ele o responsável pelo recurso apresentado.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
220 Oliveira: “Voto contrário por ser contra essa cobrança de correção. E nesse  
221 caso, mais especificamente, eu entendi também que o parecer da AGE não se  
222 aplicava a este processo.” **8.2) Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S/A.**  
223 **Destilação de álcool, fabricação e refinação de açúcar, produção de**  
224 **energia termoelétrica. Uberaba/MG. PA 02327/2007/001/2010 e**  
225 **02327/2007/004/2010. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** Aprovado por  
226 unanimidade o Parecer Único com a exclusão do item “introdução ou facilitação  
227 de espécies alóctones (invasoras)”. Votos favoráveis: Ibama, Fiemg, Sindiextra,  
228 ICMBio, Angá, UFV, Faemg, Crea e Sedectes. Abstenções: SEE, Setur e  
229 Fapemig. Justificativas de votos favoráveis à alteração no Parecer Único.  
230 Conselheiro André Mundstock Xavier de Carvalho: “Principalmente em relação  
231 às considerações da Irene, do Ibama, em relação à introdução da grama  
232 Batatais no sentido da sua recorrência, do seu uso muito comum. Embora isso  
233 gere conflito com a explicação do técnico GCA.” Conselheira Lígia Vial  
234 Vasconcelos: “Eu vou concordar, principalmente, com as considerações da  
235 Irene e, principalmente, por ser já uma área muito antropizada e por entender  
236 que então não há introdução de uma espécie invasora em uma área já  
237 antropizada.” Conselheira Juliana Gonçalves Ferreira: “Concordando com a  
238 exposição da Irene, do Ibama.” Conselheira Denise Bernardes Couto:  
239 “Concordando com as exposições feitas pela Irene, do Ibama, e o Thiago, da  
240 Fiemg.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Com base nas justificativas  
241 colocadas por mim, pela Irene e também pelo empreendedor.” Conselheira  
242 Irene Maria Vaz Magni Frayha: “Entendendo que não se configura exatamente  
243 como introdução, mas pelo uso da espécie no ambiente já autorizado, alterado,  
244 e uma espécie de uso recorrente, já disseminado no país.” Conselheiro Carlos  
245 Antunes Malta: “Eu também estou favorável à posição da Irene e do Thiago,  
246 justamente também por se tratar de uma área em que apenas 5% está sendo  
247 introduzida, então não vai ter interferência.” Conselheiro Gabriel Moreira  
248 Junqueira: “Se o mesmo padrão em 55 mil hectares, uma área ínfima, de uma  
249 espécie que talvez não tenha nenhuma disseminação e que já é amplamente

250 utilizada. Os outros processos, as outras implantações em prefeituras e tudo  
251 seguem o mesmo padrão? É uma questão. Então o meu voto é favorável para  
252 que se mantenha.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Pelos  
253 esclarecimentos da conselheira do Ibama, do conselheiro da Fiemg e do  
254 empreendedor. De acordo.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Eu vou  
255 só ressaltar que será feita uma alteração para fins de cálculo final, mas este  
256 processo não volta para cá. A decisão já foi tomada, só vai ser feito um ajuste  
257 para devida publicidade. E vai ser disponibilizada no site, no link da CPB, essa  
258 atualização.” Votação da proposta da Fiemg de exclusão do critério “introdução  
259 de espécies invasoras”. Votos favoráveis: Sedectes, Crea, Faemg, UFV, Angá,  
260 ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Ibama. Abstenções: SEE, Setur e Fapemig. Proposta  
261 da Fiemg de exclusão do critério “gás de efeito estufa”. Proposta rejeitada.  
262 Votos favoráveis: Sedectes, Faemg, Sindiextra e Fiemg. Votos contrários:  
263 Ibama, ICMBio, Angá, UFV e Crea. Abstenções: Fapemig, Setur e SEE. **8.3)**  
264 **Pains Cal Empresa de Mineração Ltda. Extração e beneficiamento de**  
265 **calcário. Pains/MG. PA 00005/1995/005/2002, DNPM 1985830908. Classe 3.**  
266 **Apresentação: GCA/IEF.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do  
267 Parecer Único, com abstenções da Fiemg e do Sindiextra. **8.4) Luzboa Três**  
268 **S/A. PCH Luminárias. Barragens de geração de energia hidrelétrica.**  
269 **Luminárias/MG. PA 00041/2003/002/2009. Classe 3. Apresentação:**  
270 **GCA/IEF.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único.  
271 **8.5) Laticínios Tirolez Ltda. Preparação de leite e fabricação de produtos**  
272 **de laticínios. Arapuá/MG. PA 00102/1997/007/2011. Classe 5. Apresentação:**  
273 **GCA/IEF.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único,  
274 com abstenção da Fiemg. **8.6) AB Florestal Empreendimentos Imobiliários,**  
275 **Atividades Florestais e Participações Ltda. Fazenda Boa Sorte. Silvicultura**  
276 **e produção de carvão oriunda de floresta plantada. Paracatu/MG. PA**  
277 **04158/2004/001/2013. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Processo baixado  
278 em diligência pela Presidência para manifestação, na próxima reunião, do  
279 posicionamento do órgão ambiental quanto à possibilidade ou não de pedido de  
280 vista a este procedimento. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos  
281 a serem tratados, o presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou  
282 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

## APROVAÇÃO DA ATA

---

287 **Antônio Augusto Melo Malard**  
288 **Presidente da Câmara de Proteção à**  
289 **Biodiversidade e de Áreas Protegidas**